



AGÊNCIA SENADO

A proposta tem o objetivo de interiorizar a oferta de ensino

CCJ analisa criação da Universidade do Vale do Juruá, no Acre

A proposta em análise na Comissão de Constituição e Justiça prevê a criação de uma fundação pública federal sediada em Cruzeiro do Sul, no oeste do Acre, com atuação em outras localidades do Vale do Juruá. A instituição deverá ter como foco suas vocações regionais e priorizar áreas como bioeconomia, agricultura familiar, biotecnologia, saúde e conservação ambiental. O senador Hamilton Mourão, do Republicanos do Rio Grande do Sul, defendeu a importância de expandir o ensino superior público. “A interiorização do ensino superior público, especialmente em territórios com as peculiaridades socioambientais e os desafios logísticos do Vale do Juruá, é medida de inegável e urgente interesse público. Lembrando que o ponto de instalação, a cidade de Cruzeiro do Sul, fica praticamente no extremo oeste do Acre, muito mais próximo dos nossos vizinhos do Peru do que do centro do país.”

Amazonas terá Lei Seca durante votação

O Amazonas terá Lei Seca neste domingo (4), durante o primeiro turno das Eleições 2026. A restrição ao consumo de bebidas alcoólicas valerá das 2h às 17h em todo o estado, conforme a Portaria Conjunta nº 959/2026, do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas e da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas. A medida abrange bares, restaurantes, supermercados e locais abertos ao público. O descumprimento pode configurar crime de desobediência, previsto no artigo 347 do Código Eleitoral.



DIVULGAÇÃO

A medida alcança bares, restaurantes e supermercado

Amapá destaca projeto ‘Jovens Descolados’

A emoção marcou a cerimônia de formatura da 9ª edição do Projeto Jovem Descolado, na sede da Nuance eventos, zona sul da cidade. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Governo e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas com objetivo de oferecer qualificação profissional e incentivar o empreendedorismo entre jovens de 17 e 29 anos. O evento reuniu cerca de 900 pessoas para celebrar a conquista. Uma delas foi a estudante Gisele Macedo da Costa, de 17 anos, da Escola Almirante Barroso, do município de Santana.

Pará prepara esquema integrado para as eleições

A Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) mobilizará 14.206 agentes para a operação de segurança das Eleições 2026 no Pará. As equipes atuarão nos 144 municípios durante o primeiro turno, marcado para domingo (4). O efetivo reúne Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Científica, Departamento de Trânsito e outros órgãos públicos no estado.

ONU

O delegado da Polícia Civil do Acre (PCAC), Alcino Sousa, representou o Brasil em painel das Nações Unidas em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes. O encontro foi parte do 15º Congresso da ONU sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal. Indicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Sousa apresentou a experiência brasileira.

Justiça

A Justiça Federal recebeu denúncia do Ministério Público Federal contra um homem acusado de participar de extração ilegal de cassiterita no Parque Nacional dos Campos Amazônicos, em Novo Aripuanã, no Amazonas. Segundo o MPF, a atividade degradou 36,77 hectares de floresta nativa. Ele responde por usurpação de bens.

Refém

Um homem foi preso após manter um entregador como refém dentro de um supermercado no bairro do Umarizal, em Belém. Segundo a Polícia Militar, o suspeito tentou assaltar o local e entrou no estabelecimento ao perceber a aproximação de agentes. A negociação durou cerca de 40 minutos. O entregador foi libertado e ninguém ficou ferido.

Ação da polícia

A Polícia Federal cumpriu 3 mandados de busca e apreensão no Amapá em uma investigação sobre possível organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção eleitoral. A apuração envolve saques em espécie que poderiam ser usados para compra de votos antes da eleição. A Justiça Eleitoral autorizou bloqueio de bens e afastamento cautelar.

Clima

Manaus terá mínima de 27°C e máxima de 34°C nesta quinta e sexta. A previsão indica sol e calor durante o dia, com aumento de nuvens e possibilidade de pancadas de chuva no fim da tarde. A estimativa aponta 51% de chance de precipitação e volume pouco acima de 5 milímetros. No interior, há previsão de condições diferentes.

Raiva

O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Acre (IDAF) reforçou a prevenção contra a raiva animal no Vale do Juruá. O estado confirmou 4 casos em 2026, sendo 3 em Tarauacá e 1 em Mâncio Lima. O órgão orienta produtores a vacinar os rebanhos, observar alterações no comportamento dos animais e comunicar suspeitas.



Recurso pede suspensão da licença da Petrobras no bloco FZA-M-59

MPF apresenta recurso sobre petróleo na Foz do Amazonas

Pedido contesta decisão da Justiça Federal do Amapá de extinguir ação

Da **Redação**

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou novo recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região contra a decisão da Justiça Federal do Amapá que extinguiu ação civil pública sobre a exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas. O órgão pede a suspensão da licença ambiental concedida à Petrobras e a paralisação de atividades de perfuração ou teste no bloco marítimo FZA-M-59.

O recurso foi protocolado em 28 de setembro e contesta a sentença assinada pelo juiz Anselmo Gonçalves da Silva. A decisão extinguiu a ação movida pelo MPF contra a União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Petrobras. Segundo a Justiça Federal do Amapá, existem outras 2 ações com o mesmo teor em tramitação. A sentença também determinou multa ao MPF por litigância de má-fé. No novo recurso, o órgão afirma que a decisão não considerou os riscos apontados para o ecossistema marinho, os compromissos climáticos assumidos pelo Brasil e tratados internacionais relacionados a direitos humanos. O MPF também sustenta que

fatos recentes devem ser considerados na análise do caso.

Entre os pontos citados está um vazamento de mais de 18 mil litros de fluido químico no mar durante a operação de uma sonda, em janeiro de 2026. Outro argumento envolve a licença ambiental emitida pelo Ibama. De acordo com o MPF, a autorização inicial previa a perfuração de 1 poço, chamado Morpho, durante 5 meses.

O cronograma teria sido alterado para permitir a abertura de 4 poços, com atividades previstas até 2029. O órgão afirma que a mudança exigiria novos estudos ambientais.

O MPF também aponta a ausência de consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas, comunidades quilombolas e pescadores artesanais dos estados do Amapá e do Pará. Segundo o órgão, esse direito está previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. O MPF também questiona falhas apontadas nas simulações de vazamento e pede que os riscos de danos irreversíveis sejam considerados no processo judicial. O recurso será analisado pelo TRF1. Até a análise do pedido, permanece válida a decisão da Justiça Federal do Amapá que extinguiu a ação.